





Novos Cadernos NAEA



v. 27, n. 2 • maio-ago. 2024 • ISSN 1516-6481/2179-7536



ASPECTOS SOCIAIS, AMBIENTAIS E ECONÔMICOS DOS EXTRATIVISTAS DA RESEX GUARIBA ROOSEVELT: RESISTÊNCIA EM MEIO ÀS PRESSÕES AMBIENTAIS

**SOCIAL, ENVIRONMENTAL AND ECONOMIC ASPECTS
OF EXTRACTIVISTS AT RESEX GUARIBA ROOSEVELT:
RESISTANCE AMID ENVIRONMENTAL PRESSURES**

Alessandra Maria Filippin dos Passos Santos  
Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, PA, Brasil

Jose Henrique Cattanio  
Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, PA, Brasil

RESUMO

Os conflitos presente na Amazônia brasileira, principalmente devido às posses de terra, a partir de regulamentações adotadas na década de 1990, houve a instituição das áreas protegidas, com o intuito de promover as atividades sustentáveis. O estudo apresentou informações socioeconômicas do grupo de extrativistas na Resex Guariba Roosevelt localizada em Mato Grosso e suas percepções sobre os conflitos e problemáticas ambientais na região. Foi empregada metodologia qualitativa, pesquisa de campo e os dados e informações foram coletados através de questionários semiestruturados. O estudo revelou sobre a dinâmica social dos extrativistas na Resex: predomínio masculino nas atividades extrativistas reflete papéis tradicionais de gênero baixa escolaridade destaca necessidade de investimento em educação, a análise familiar indica a importância das atividades extrativistas como fonte de renda, pressões ambientais, ameaçam a biodiversidade e comunidades locais. A compreensão e valorização das características sociais dessas populações fortalecem suas identidades culturais e apoiam suas lutas por autodeterminação e reconhecimento. Unidades de conservação desempenham papel crucial, exigindo proteção e gestão responsável para um futuro sustentável em Mato Grosso.

Palavras-chave: Reserva Extrativista; conflitos ambientais; povos tradicionais; Mato Grosso.

ABSTRACT

Given the conflicts present in the Brazilian Amazon, mainly due to land ownership, based on regulations adopted in the 1990s, protected areas were established, with the aim of promoting sustainable activities. The study presented socioeconomic information on the group of extractivists at Resex Guariba Roosevelt located in Mato Grosso and their perceptions about conflicts and environmental problems in the region. Qualitative methodology, field research was used and data and information were collected through semi-structured questionnaires. The study revealed the social dynamics of extractivists in Resex: male predominance in extractive activities reflects traditional gender roles, low education highlights the need for investment in education, family analysis indicates the importance of extractive activities as a source of income, environmental pressures threaten biodiversity and local communities. Understanding and valuing the social characteristics of these populations strengthens their cultural identities and supports their struggles for self-determination and recognition. Conservation units play a crucial role, requiring protection and responsible management for a sustainable future in Mato Grosso.

Keywords: Extractive Reserve; environmental conflicts; traditional people; Mato Grosso.

1 INTRODUÇÃO

É claramente perceptível que o cenário rural dos países que compõe a região amazônica encontra-se sobrecarregado por uma gama de desafios abrangendo aspectos econômicos, sociais, trabalhistas, políticos e ambientais (Martins, 1991; Santos 2002). Esse panorama é particularmente acentuado no Brasil, dada a vastidão do seu território e a presença da maior floresta tropical do planeta, a Floresta Amazônica. Nesse contexto, os embates relacionados à posse da terra e questões ambientais ganham proeminência. No ano de 2017, uma considerável porção do território da Amazônia Brasileira continuava sendo palco de conflitos que, possivelmente, persistiriam sem resolução imediata. Isso ocorre mesmo com os esforços do Estado brasileiro na criação de áreas de preservação territorial, especialmente sob a tutela do governo (Brasil, 1990).

No intuito de combater as ações violentas e exploratórias dos grileiros e grandes proprietários de terra, a partir de 1990 foram criadas as áreas protegidas, com o objetivo de promover o uso sustentável dos recursos naturais e resguardar os modos de vida das populações tradicionais, com destaque para as Reservas Extrativistas (Resex), que surgiram a partir de um movimento social, organizando-se de acordo com os interesses das comunidades locais (Cunha, 2010).

Com o início da democratização do Brasil, o movimento nascido em Xapuri se uniu a outros semelhantes na Amazônia. Sob a liderança de Chico Mendes e seus aliados, buscando apoio na academia e em organizações não governamentais, a ideia começou a tomar forma durante o 1º Encontro Nacional dos Seringueiros, realizado em outubro de 1985 em Brasília. A proposta, que recebeu o nome de Reserva Extrativista, incluía a não divisão da floresta em lotes, a não regularização da posse como propriedade privada, e a incorporação dos territórios tradicionalmente ocupados ao domínio da União, com cessão de uso para seringueiros, castanheiros e outros grupos sociais semelhantes. Para lutar pela implantação dessa ideia, foi criado o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) (Almeida; Allegretti; Postigo, 2018).

As Resex têm como base a valorização do uso sustentável da terra, principalmente por meio do extrativismo florestal, diferente das Resex marinhas. Elas reconhecem o direito histórico e secular de posse da terra no Brasil, onde as famílias que vivem nessas áreas a consideram como própria, estabelecendo moradia e obtendo sustento a partir dela. Isso contrasta com a visão de que a terra é apenas uma mercadoria. (Guerra, 2013; Cunha, 2010).

Nesse sentido, entende-se a importância das políticas de desenvolvimento sustentável na Amazônia, principalmente com foco nas Resex, destacando parâmetros como o fomento e participação da comunidade local, bem como o acesso a infraestrutura básica, a educação e a promoção de uma economia sustentável em harmonia com a conservação da biodiversidade e dos ecossistemas naturais (Allegretti, 1992). Desse modo, as Resex apresentam-se como meio viável para melhorar as condições de vida das populações tradicionais na Amazônia (Allegretti, 1989).

Além disso, as florestas apresentam papel importante no controle da erosão do solo e genética, com a manutenção das bacias hidrográficas, da biodiversidade, do clima, gerando benefícios para toda a sociedade (Alix-Garcia; Wolff, 2014) e para o planeta. As áreas florestais preservadas servem tanto para manter o importante sumidouro de carbono, quanto como fonte de regeneração para áreas degradadas (Hawes *et al.*, 2020). As florestas tropicais que abrigam metade das espécies do planeta, com o aumento escalonar do desmatamento estão a cada ano mais suscetíveis as ameaças da ação humana, resultando em uma significativa expansão da fragmentação florestal (Castro Júnior, Coutinho e Freitas, 2009). O estudo da dinâmica da paisagem é imprescindível para a identificação de mudanças dos recursos do território, principalmente, relacionados ao aumento dos fragmentos de áreas florestadas.

Outro fato relevante se dá pelas populações que vivem na Amazônia, Porto-Gonçalves (2001) ressalta a existência com a vida plena e não somente no contexto de sobrevivência. Nesse sentido, pode-se ressaltar a existência dos povos tradicionais que vivem da floresta, principalmente pela sua coexistência invisibilizada pelas atividades econômicas de larga escala. As populações extrativistas da Amazônia que não se reconhecem como “populações rurais”, são declaradas como populações que vivem da floresta em pé, ou seja, necessitam da conservação da floresta para que essas exerçam suas atividades, como a exploração sustentável do manejo de produtos florestais não-madeireiros (Pessoa; Almeida; Carneiro, 2018).

A reverência pela floresta em pé é totalmente justificada, pois sua preservação não apenas impede a emissão de carbono, mas também desempenha um papel crucial na manutenção da biodiversidade. Além disso, protege os animais ameaçados de extinção, fortalece o controle e a fiscalização ambiental, e contribui para a geração de renda nas comunidades

carentes. A conservação da biodiversidade e a valorização das culturas das populações tradicionais amazônicas são intrinsecamente ligadas à preservação dos modos de vida dessas comunidades. Nesse contexto, a floresta em pé representa não apenas um recurso valioso, mas um pilar fundamental para a sustentabilidade ambiental e social (Lamarca Junior; Silva, 2009).

O estado de Mato Grosso apresenta riqueza em biodiversidade, sendo que as atividades humanas como o desmatamento para expansão agropecuária e exploração mineral causam impactos significativos no meio ambiente, ameaçando a biodiversidade e sobrevivência das espécies. Nesse sentido, comungando com o mesmo pensamento de outros autores, ressalta-se a imprescindível necessidade de medidas governamentais para conservação (ou restauração) e proteção das áreas florestadas (Fachim; Guarim, 1995). O Estado do Mato Grosso possui 41 mil km² (cerca de 4,6%) protegidos em 423 Unidades de Conservação, dos quais 30,8 mil km² em categorias de manejo de Proteção Integral e apenas 10,2 mil km², de Uso Sustentável (Santos *et al.*, 2006).

Na região de estudo, nas proximidades da Resex Guariba Roosevelt demonstra-se uma evolução nas áreas de pastagem e agricultura resultando em expressiva redução da vegetação natural, observando-se também maior concentração de latifúndios e redução de propriedades menores. Esta mudança na paisagem natural resulta em uma pressão aos recursos naturais, ressaltando a importância de políticas públicas e planejamento territorial valorando a promoção das atividades sustentáveis na região (Costa *et al.*, 2007).

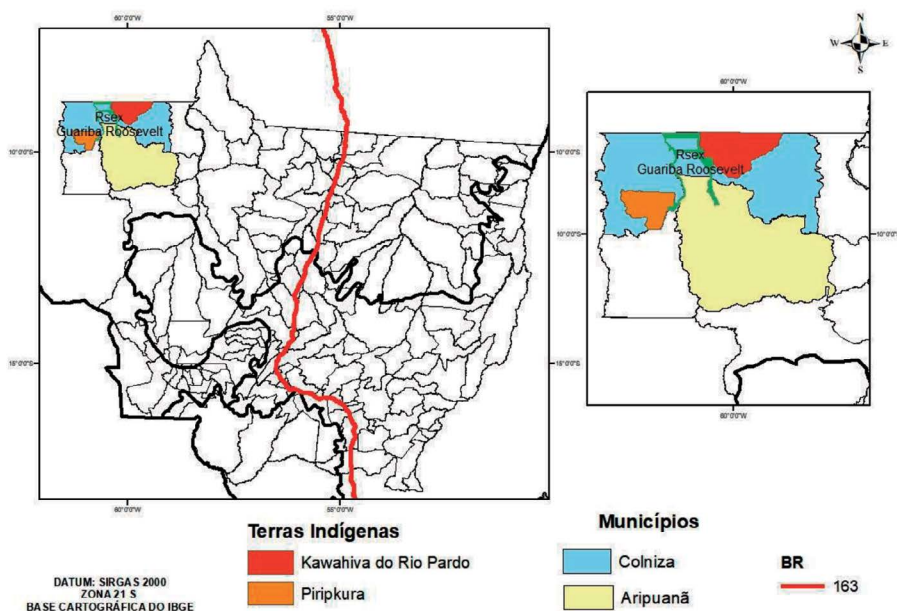
Os seringueiros que habitavam a região bem antes da Resex ser implementada, ainda vivem da atividade extrativista do látex, coleta de Castanha-do-Brasil (*Bertholletia excelsa* Humn. & Bonpl.) e do óleo de copaíba (*Copaifera* spp.), e veem suas atividades serem ameaçadas pelos conflitos, invasões e pressões ambientais (Silva; Sato, 2010).

Desta forma os povos extrativistas que vivem na Resex Guariba Roosevelt sofrem ameaças, principalmente pela expansão das atividades agrícola e pecuária que estão em torno da área da Resex. Esse estudo tem como objetivo demonstrar a caracterização social e econômica, contribuindo para estratégias de conservação que respeitem e integrem o conhecimento local, além de apresentar as problemáticas ambientais percebidas pelos extrativistas, bem como as pressões sofridas.

2 MATERIAL E MÉTODOS

A Resex Guariba Roosevelt (Figura 1), denominada aqui como RGR, foi criada em 1996 pelo Decreto Nº 952, atualmente apresenta uma área de 164.224,00 ha, é caracterizada como Unidade de Conservação de Uso Sustentável e tem seu território dividido entre os municípios de Aripuanã (22%) e Colniza (78%). Apresenta formação Fitofisionomia de 6,3% Savana-Formações pioneiras, 81,9% de Floresta Ombrófila Aberta e 11,7% de Floresta Ombrófila Densa. Tem como objetivo o de assegurar a conservação dos recursos naturais através da exploração sustentável promovida pelos extrativistas (Unidades de Conservação do Brasil, 2023).

Figura 1 – Mapa de localização da Resex Guariba Roosevelt (RGR) no estado de Mato Grosso



Fonte: elaborado pelos autores, 2022.

A coleta de dados foi realizada durante visita no território da RGR em junho de 2023. A metodologia para identificação dos membros que fariam parte da pesquisa é conhecida como *snowball* (bola de neve), uma forma de amostragem não probabilística, em que os participantes iniciais de um estudo indicam novos participantes e assim sucessivamente (WHA, 1994). Conseqüentemente, a amostragem em bola de neve permite que

os participantes façam estimativas sobre a rede social que conecta a uma população oculta (Etikan *et al.*, 2016). As entrevistas foram semiestruturadas com perguntas abertas e fechadas. Durante a primeira visita, constatou-se a presença de 30 famílias que fazem parte da comunidade extrativista residentes naquele ponto do Rio Guariba na área da Resex. Com isto foram selecionadas 14 famílias (apenas um representante por família) para serem entrevistadas. Os selecionados foram homens ou mulheres, maiores de 18 anos, que apresentavam como principal fonte de renda e trabalho a exploração dos Produtos Florestais Não-Madeireiros (PFNM) dentro da Resex.

Para descrição dos resultados foi utilizada a ferramenta de nuvens de palavras (Vilela; Ribeiro; Batista, 2020), com representações gráfico-visuais exibindo a frequência relativa das palavras em um texto, em que quanto mais a palavra estiver presente, mais significativa ela se torna na representação gráfica. Essas palavras surgem de formas e tamanhos diferentes destacando seu grau de relevância. Os dados coletados foram armazenados em planilha do Excel® e a mensuração e compilação foi realizada através do programa R Studio. Esse processo permitiu a construção de um perfil abrangente das comunidades estudadas, abordando aspectos socioambientais e econômicos.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 FAIXA ETÁRIA

Segundo os dados mais recentes do censo de 2022, o estado de Mato Grosso abriga uma população de 3.658.649 habitantes. De acordo com o IBGE, a média de idade dos mato-grossenses é atualmente de 32 anos, em contraste com a média de 27 anos registrada em 2010, indicando um processo de envelhecimento da população (IBGE, 2023). Na RGR a grande maioria dos entrevistados (96%) estão com idade acima de 40 anos, demonstrando um envelhecimento da população extrativista da Resex (Tabela 1). Os resultados indicam que morar na Resex não vem sendo de interesse da população mais jovens. Alguns estudos identificaram que muitas vezes a população nesta faixa etária se desloca para a cidade em busca de estudo, trabalho ou tratamentos de saúde, e não substituem os que se aposentam (Florêncio *et al.*, 2023; Teisserenc; Teisserenc, 2023).

Outro fator a considerar é a baixa taxa de fecundidade e o crescimento da expectativa de vida da população (Silva *et al.*, 2019). Dessa forma, percebe-se que os mais velhos estão dando continuidade à exploração da atividade

extrativista, tendo a mesma como sua principal fonte de renda. Entretanto, é primordial criar oportunidades para motivar os jovens residentes a assumirem papéis de liderança, com oportunidades de educação fora da área, poderiam promover um desenvolvimento social com continuidade nas práticas extrativistas (Partelow *et al.*, 2018).

Tabela 1 – Classe de idade dos extrativistas residentes na Resex Guariba Roosevelt (RGR)

Faixa etária	N	%
30 a 40 anos	2	14%
40 a 50 anos	6	43%
Acima de 50 anos	6	43%

Fonte: autores, 2023.

No que corresponde ao gênero, 21% dos entrevistados eram do sexo feminino e 79% do sexo masculino (Tabela 2). O maior número de indivíduos do sexo masculino é pelo fato de estarem diretamente ligados com a atividade extrativista da Resex, a qual demanda alguns dias dentro da floresta e exige maior força física para carregar os subprodutos. Desta forma as mulheres se ocupam mais da casa, dos filhos e da agricultura familiar.

3.2 EDUCAÇÃO

No tocante da escolaridade, 57% dos entrevistados apresentaram o ensino fundamental incompleto, 14% cursaram ensino superior completo, 14% não possuíam escolaridade, 7% cursaram o ensino fundamental completo e 7% o ensino médio completo (Tabela 2).

Tabela 2 – Níveis de escolaridade dos Extrativistas na Resex Guariba Roosevelt (RGR)

Sexo	Sem Escolaridade	Ensino Fundamental Incompleto	Ensino Fundamental Completo	Ensino Médio Completo	Ensino Superior Completo
Feminino	1	1	0	0	1
Masculino	1	7	1	1	1

Fonte: autores, 2023.

No sentido escolaridade, percebe-se que a maioria dos extrativistas não completaram os estudos, e apenas 14,3% cursaram o ensino superior completo sendo um do sexo feminino e um do sexo masculino. Por outro

lado, apenas dois indivíduos não apresentam escolaridade. Segundo Silva *et al.* (2018), a educação sozinha não é capaz de fomentar o desenvolvimento social, porém, permite aos indivíduos maiores possibilidades de acesso a tecnologias, orientações técnicas e qualificações que promovem melhorias em âmbito individual e comunitário.

Na RGR existe uma escola municipal criada em 1995, chamada Trilha do Saber, com o objetivo de atender aos filhos dos seringueiros tradicionais que habitam a região. A escola atende crianças da pré-escola ao 9º ano do ensino fundamental, a partir desta idade as crianças que desejam continuar seus estudos, e tem condições financeiras, precisam se deslocar para as cidades próximas (Aripuanã, Juína, Colniza) até completarem o Ensino Médio. Para este deslocamento o transporte se dá unicamente por barco, saindo da RGR até chegar na estrada principal que liga as cidades mais próximas. Contudo, muitas vezes se torna inviável economicamente, pois a maioria das famílias não tem condições financeiras para investir nos estudos das crianças, sendo este um entrave importante que dificulta o desenvolvimento escolar, e conseqüentemente da comunidade.

3.3 CONSTITUIÇÃO DA FAMÍLIA

No que se refere à distribuição da quantidade de pessoas por família que residem na Resex, nota-se que a maioria das famílias (29%) possui três membros vivendo em uma mesma habitação. De forma semelhante, grupos familiares com quatro pessoas por residência também totaliza 29% da população. Para famílias com cinco, seis, sete, nove, dez ou onze integrantes, observa-se que o percentual é de aproximadamente 7% para cada um desses tamanhos familiares, conforme evidenciado nos dados apresentados na Tabela 3. Isso demonstra uma relativa uniformidade na distribuição de tamanhos de família dentro da Resex.

Tabela 3 – Número de pessoas por família na Resex Guariba Roosevelt (RGR)

Número de pessoas por família	3	4	5	6	7	9	10	11
	4	4	1	1	1	1	1	1

Fonte: autores, 2023.

Também foi realizada a estimativa da estatística descritiva, conforme a Tabela 4 para o número de pessoas por família na Resex.

Tabela 4 – Estatística descritiva do número de pessoas por família na Resex Guariba Roosevelt (RGR)

Min	1st. qua	Median	Mean	3rd. qua	Max
3,0	3,25	4,0	5,4	6,7	11,0

Fonte: autores, 2023.

De acordo com os dados, o valor mínimo é 3,0 membros familiares vivendo na mesma casa corresponde a menor família que vive na Resex. O primeiro quartil apresentou valor de 3,25% indicando que 25% das famílias têm 3,25 ou menos pessoas, a mediana é 4,0, significando que metade das famílias na Resex tem quatro ou menos pessoas e a outra metade tem quatro ou mais pessoas. A média aritmética do número de pessoas por família, sugere que em média cada família tem 5,4 pessoas residindo juntas. O terceiro quartil revela que 75,0% das famílias têm 6,7 ou menos pessoas, separando o conjunto de dados em 25% das famílias maiores, o valor máximo de onze pessoas como sendo o maior núcleo familiar na Resex. As comunidades extrativistas podem basear-se no parentesco, na territorialidade, identidade cultural ou na casta, sendo igualitário ou altamente estratificado, o que está mudando de acordo com as gerações. No caso da RGR, observa-se que se baseiam em parentesco, pois a maioria das colocações é formada por pessoas que apresentam algum grau de parentesco e por territorialidade, em que seus antepassados vieram para a região e formaram famílias.

As atividades econômicas exercidas pelas famílias na Resex, como o extrativismo da Castanha-do-Pará e do Látex da seringa (*Hevea brasiliensis* L.) e a agricultura familiar, como a farinha de mandioca (*Manihot esculenta* Crantz), promovem a renda, bem como a geração de oportunidades na região, além de estimular o desenvolvimento da comunidade, a sustentabilidade familiar e redução do êxodo rural (Schneider, 2003; Navarro, 2010). Tendo em vista que a mão de obra relacionada à exploração extrativista na Resex é familiar, Rêgo (1999) afirma que para potencializar o desenvolvimento sustentável, necessita-se de políticas públicas com base na cultura dos extrativistas e seus sistemas de produção familiares, levando em consideração benefícios econômicos, sociais e ambientais para essas famílias.

Além disso, foram levantadas informações acerca da origem dos extrativistas que 50% (7) nasceram na Resex e 50% (7) vieram de outras localidades. Alguns vieram a trabalho e outros se casaram com algum nativo da Resex. Esse dado é importante pois percebe-se a dinâmica dos moradores da Resex que já estavam estabelecidos naquela localidade antes mesmo da

área se tornar Unidade de Conservação, e a maioria que veio de fora está há mais de vinte anos na Resex.

3.4 RENDA

Em relação à renda mensal dos entrevistados, 21% é menor que um salário mínimo¹, 29% ganhavam de um a dois salários mínimos, 7% de dois a três salários mínimos, 14% acima de três salários mínimos, sendo que 29% dos entrevistados não informaram sua renda. Ressalta-se que esses valores variam de acordo com o mês, pois existe o ciclo de exploração de determinados produtos da floresta, entretanto os produtos oriundos da agricultura familiar são comercializados durante todo o ano. É importante ressaltar que a principal fonte de renda das famílias é a exploração extrativista em conjunto com os produtos agrícolas que cultivam em suas colocações, como a mandioca para a produção de farinha. A sustentabilidade do sistema de produção tradicional está relacionada à preservação dos recursos existentes no ecossistema com um todo (Nascimento *et al.*, 2018). Neste sentido, a sustentabilidade da produção tem que se basear nas dimensões ambiental, técnico-econômica e social, necessitando de uma definição coletiva dos parâmetros de avaliação para cada indicador (Fonseca *et al.*, 2021).

Dos entrevistados, 43% recebiam aposentadoria (6 indivíduos) e 14% recebiam bolsa família (2), demonstrando que além da renda oriunda da atividade extrativistas, as famílias também recebiam proventos como a aposentadoria e de programas de transferência como o Bolsa Família. Ressalta-se que tais programas são relevantes para a viabilidade destas famílias, tendo em vista que existe variações em relação a exploração dos produtos da floresta e da agricultura familiar, em que muitas vezes estes auxílios governamentais são formas de garantia de renda para essas famílias.

Alguns fatores como a distância relacionada ao escoamento da produção dos extrativistas, aumentam os custos e impactam na renda das famílias (Sandroni, 2009). A economia extrativista é capaz de associar diferentes atividades em um meio, como a exploração dos produtos da floresta nativos e o plantio de “roças” que serve tanto para a subsistência das famílias como meio de renda, os quais são comercializados nas cidades próximas como em Aripuanã, Colniza e distrito de Guariba (Allegretti, 1992).

Na RGR, além da distância e dificuldade para escoação da produção, outro fator que afeta a renda dos extrativista são as oscilações do preço de

¹ Salário-mínimo em 2023 era R\$ 1.320,00.

mercado dos produtos, como o da Castanha-do-Pará. A Castanha-do-Pará apresenta relevância na região em aspectos socioeconômicos, políticos e culturais, sendo um dos produtos de maior comercialização fomentando a conservação florestal e a economia (Sá; Bayma; Wadt, 2008; Homma, 2012). Também, a Castanha-do-Pará é uma árvore imponente nas florestas tropicais em que os frutos são coletados quase que exclusivamente em florestas nativas. Atualmente, a Castanha-do-Pará é considerada um dos produtos florestais não madeireiros mais importantes do mundo (Picanço; Costa, 2019).

A caracterização social de populações extrativistas é fundamental para promover a sustentabilidade ambiental, preservar a cultura e o conhecimento tradicional, fomentar o desenvolvimento socioeconômico inclusivo, garantir justiça social e direitos humanos, apoiar a pesquisa científica e o planejamento territorial adequado. Apesar da RGR estar há muitos anos estabelecida no local, os extrativistas sofrem diversas pressões principalmente por estarem localizados ao lado de fazendas e grandes propriedades de terra e pelo uso do território, conforme discutido a seguir.

3.5 PROBLEMÁTICA AMBIENTAL E CONFLITOS NA RESEX GUARIBA ROOSEVELT (RGR)

Desde os anos 90, a preocupação com as altas taxas de desmatamento já eram constatadas a cada ano na Amazônia brasileira, entretanto uma questão que ainda é inevitável se destacar, é saber se as políticas públicas voltadas à criação de áreas protegidas são realmente eficientes para diminuir o processo de desmatamento e, se a implementação é suficiente para cumprir sua função, que é de resistir à pressão antrópica exercida nos seus limites (Vitel; Fearnside; Graça, 2009). As Reservas Extrativistas foram criadas com papel fundamental no modelo sustentável de desenvolvimento na Amazônia. A criação das áreas das Reservas Extrativistas geralmente acontece em locais onde os conflitos se intensificaram, como fronteira agrícola, exploração intensiva de recursos ou até mesmo especulação imobiliária (Cunha; Loureiro, 2009). O IBAMA e o ICMBIO autorizam a criação de reservas extrativistas onde os residentes tradicionais que extraem borracha, castanha-do-Pará e outros PFMNs recebem direitos de uso da terra em troca do seu compromisso de proteger a floresta e evitar conflitos (Allegretti, 1990).

Conflitos ambientais frequentemente surgem quando grupos sociais possuem abordagens divergentes em relação à apropriação, uso e

interpretação do território, especialmente quando não conseguem chegar a um consenso. Essas disputas têm início quando, pelo menos um desses grupos percebe uma ameaça à continuidade de suas práticas sociais, como no caso de invasões e desmatamento ilegal e apropriação do meio ambiente, devido a impactos indesejáveis causados pelas ações de outros grupos, como por exemplo fazendeiros invadem unidades de conservação e se apropriam da terra para pastagens (Acselrad, 2004).

Estes conflitos são decorrentes do desmatamento, devido à exploração ilegal dos recursos florestais e outras problemáticas ambientais, sendo que as Resex se constituem como resistência, através do manejo sustentável das florestas visando o desenvolvimento local (Fantini; Crisóstomo, 2009). Os resultados de 2006 na RGR já demonstravam que 10% dos 41 mil km² protegidos como Unidades de Conservação no Estado do Mato Grosso, e 15% dos 56 mil km² de seu entorno já tinham sido desmatados. Porém, no interior das UCs 68% deste total teriam sido desmatamentos ocorridos antes da criação das UCs (Santos *et al.*, 2006). Em muitos casos, a proposição do ICMBio foi a retirada de fazendeiros do interior das Resexs, mas a influência política partidária continua pesando muito nessa negociação, ao ponto de permitir a permanência legal dos pecuaristas dentro da RGR. Se os governos cedessem às pressões de desafetação de áreas ocupadas em UCs, o Brasil perderá pelo menos 10 milhões ha, porque 87,2 mil ha já foram eliminadas (Freitas, 2018).

Dado ao contexto de ocupação da Amazônia brasileira nas décadas de 1970 e 1980, principalmente pelas empresas privadas que passaram a possuir títulos de terras do Estado do Mato Grosso, foram instalando seus empreendimentos, sem levar em consideração os grupos que já habitavam essas áreas, dessa forma houve expulsões destas pessoas, muitas vezes de maneira violenta (Pereira, 2010). Conforme apontado por Silva (2011), os extrativistas desempenharam um papel crucial na proteção da Reserva Extrativista, muitos deles ingressaram na região e enfrentaram conflitos com a finalidade de preservar a floresta. Conflitos acentuados em Mato Grosso foram identificados desde o processo de colonização do Estado, devido principalmente aos planos governamentais não considerarem a presença e os direitos de propriedades dos grupos que já habitavam a região (Morin, 2004).

De acordo com Mapa de Conflitos elaborado pela Fiocruz, o modo de vida dos extrativistas da RGR vem de seus ancestrais a pelo menos 150 anos, a qual é baseada na sustentabilidade e na harmonia da vida na floresta. Contudo, tal modo de vida vem sendo ameaçado pela expansão

da agricultura e pecuária na região, grilagem de terras, exploração ilegal de madeira e as queimadas.

Quando criada em 1996, a Resex apresentava 57.630 há, visando a proteção dos recursos naturais e a exploração sustentável, contudo, após pressões populares relacionadas ao movimento dos seringueiros, foi ressaltada a discussão de ampliação da reserva, para contemplar grupos que declararam estar excluídos da área oficialmente homologada e necessitavam de proteção. Dessa forma, após estudos técnicos que levantaram questões sociais, culturais e ambientais, os resultados foram levados até o Ministério Público de Mato Grosso, comprovando a relevância de ampliação da área de forma a garantir a exploração de forma sustentável dos recursos florestais.

Em 2007 a área e os limites da Resex foram ampliados em mais 80.462 há, totalizando 138.072 ha. Houve alterações em relação aos decretos de alteração dos limites da RGR, como em 2015 expandido a extensão da Reserva para 1664.224, conforme originalmente criada pelo decreto nº 9.521 em 1996, porém em 2016, em novo decreto a Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, revogou o decreto anterior e reduziu a área da Resex para aproximadamente 57.000 ha. Somente em 2017, através de Ação Civil Pública, uma liminar foi executada suspendendo o Decreto de 2016, fazendo com que a Resex voltasse a apresentar área de 164.224 há, (ISA, 2023). Naquele período, por pressão dos ruralistas a RGR diminuiu 107 dos 164 mil ha, o equivalente a 65% de sua extensão (Decreto de Lei nº 51/2016 – Assembleia Legislativa de Mato Grosso) (ISA, 2017). Isto comprova que mesmo legalmente constituídas as ACs ainda são fragilizadas por políticas que vão contra a preservação e o uso sustentável de áreas naturais.

Assim, percebe-se que a Resex sofreu diversas pressões referente a seu espaço territorial, especialmente devido às demarcações de terras e direitos dos extrativistas de garantirem seu modo de vida, Homma (2018) e Rêgo (1999) destaca que as populações da floresta apresentam uma relação harmônica com o meio ambiente, assegurando seus modos de vida e trabalho, tendo a floresta como principal fonte de subsistência, apresentando uma relação de profundo conhecimento dos ciclos biológicos, transmitidos por gerações ao longo do tempo. Além disso, esses espaços florestais conservados promovem além de benefícios sociais para as populações, também serviços ecossistêmicos, e quando essas populações apresentam seus direitos garantidos, há contribuições tanto em relação a ordenação territorial quanto para as floretas (Diegues, 1999; Pinto, 2014).

A Amazônia desempenha papel fundamental na sustentabilidade global, promovendo ampla variedade de serviços ecossistêmicos, que vão desde a regulação climática até o suporte às comunidades tradicionais que vivem da floresta (Freitas *et al.*, 2021). Nesse sentido, além da riqueza biológica há a valorização do modo de vida e espaço cultural, pois abriga povos que mantêm seus modos de vida intrinsecamente conectados à floresta. Nessa perspectiva, os extrativistas da RGR foram questionados em pergunta aberta sobre a percepção em relação a pressões ambientais, além dos problemas associados à delimitação territorial. Os extrativistas ressaltam ameaças sofridas através da extração de madeira ilegal, grilagem de terra, desmatamento e outros fatores, conforme apresentados na nuvem de palavras, sendo o tamanho da letra proporcional a preocupação dos extrativistas entrevistados (Figura 2).

Figura 2 – Nuvem de palavras sobre as percepções dos extrativistas sobre as pressões ambientais



Fonte: elaborada pelos autores, 2023.

Sobre as respostas dos extrativistas em relação as pressões ambientais, foram mencionados fatores como mudanças climáticas, que, de acordo com Marengo (2006), refere-se a uma mudança no clima, causada de alguma forma pelas atividades humanas, e que se destaca dos padrões naturais de variação climática observados ao longo de períodos semelhantes. Nesse sentido, observa-se que os extrativistas percebem essas variações no seu dia a dia, como as alterações nos ciclos hidrológicos e variações expressivas nos períodos sazonais chuvoso e seco.

Outro fator mencionado é a exploração ilegal dentro da área da Resex, como a retirada de madeira, gerando conflitos entre os extrativistas que tem permissão para realizar a extração e os invasores, tendo como

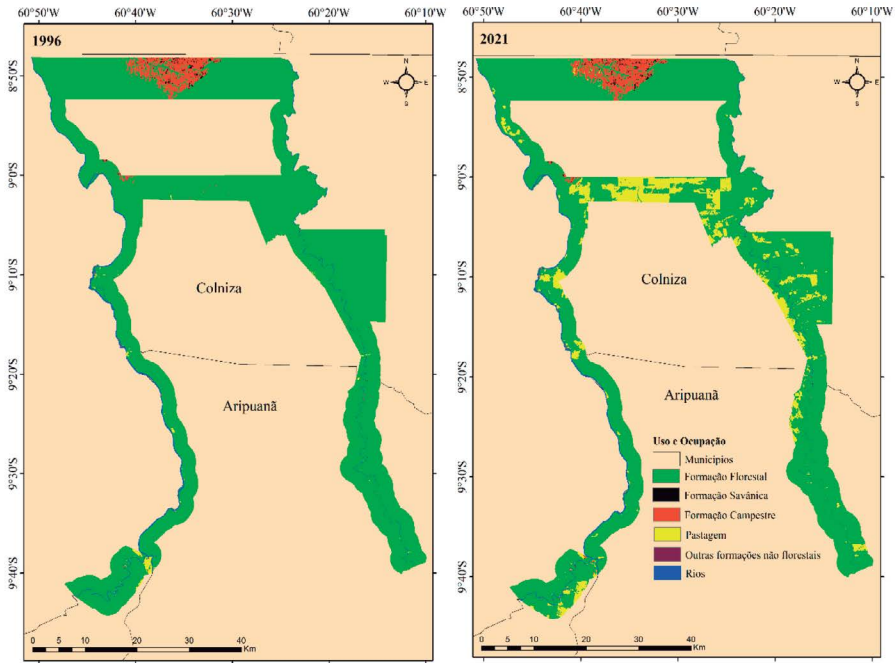
agravante a falta de fiscalização governamental. O desmatamento foi o fator mais significativo. Dos 14 entrevistados, 12 ressaltaram o desmatamento como uma ameaça a Resex, seguido das invasões, pesca ilegal, entrada de fogo e exploração madeireira. Os extrativistas afirmam que dentro da Resex existem registros de floresta derrubada por invasores no formato de leira, que é o primeiro estágio de uma técnica de queimada visando a conversão da floresta em pastagem.

A pesca ilegal, a qual é considerada uma das principais ameaças aos recursos aquáticos (Gonçalves *et al.*, 2022), pode ser caracterizada pelo uso de elementos, como: redes, tarrafas e espinhéis, além da pesca ocorrer em período proibido, de espécies ameaçadas de extinção ou em áreas protegidas. A pesca ilegal pode ser praticada por diversos atores, incluindo pescadores comerciais e artesanais, gerando sérias consequências para o meio, como a redução de biodiversidade e de pescado para as populações tradicionais, como também a perda de habitat (Gondim *et al.*, 2023).

De acordo com o Instituto Centro de Vida (ICV), que é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) e apartidário, sem fins lucrativos, foram desmatados 17.565 ha da RGR em 2019, e do total já desmatado somente 17% foram realizados desde a criação da Resex em 1996, o restante aconteceu no decorrer dos anos, principalmente devido aos invasores de terra em busca de madeira. Ainda segundo o ICV, até 2005 a RGR teve 9% do seu entorno desmatado (Santos *et al.*, 2006). Além disso, em 2019 a Resex ocupou a terceira colocação em área de gestão estadual com mais focos de calor. Conforme a Figura 3, pode-se notar a evolução das áreas desmatadas na Resex desde sua criação em 1996 até o ano de 2021.

Segundo dados do MapBiomias (2022), observa-se que houve aumento constante nas áreas convertidas em pastagens dentro da Resex, e que a partir de 2004 observa-se uma elevação considerável na área de pastagem, cerca de 41% quando comparado a 2003. Em 1996 a Resex apresentava 736 ha de pastagem dentro de sua área e em 2021 essa área aumentou para 8.342 ha, com aumento de mais de 1000%. Essa expansão nas áreas de pastagens pode ser atribuída a fatores como: a mudança das práticas agrícolas, expansão da fronteira agrícola e pecuária, aumento na demanda por terras para a criação de bovinos (Fearnside, 2005). Essa conversão de florestas em pastagens pode ter sérias implicações, como a perda de biodiversidade e impactos irreversíveis nos ecossistemas locais, tais fatores demandam um monitoramento para garantia e uso sustentável das florestas na área da Resex.

Figura 3 – Uso e cobertura do solo na Resex Guariba Roosevelt (RGR) nos anos de 1996 e 2021



Fonte: elaborada pelos autores, 2023.

Em 2013 houve aumento de 108% das atividades oriundas da ilegalidade, sendo que 72% ocorreram na RGR (Silgueiro *et al.*, 2015). Ainda segundo o ICV (2021) a Reserva Extrativista teve 267 ha de áreas exploradas ilegalmente em 2020. A RGR é uma das unidades de conservação que apresenta maiores fragilidades em relação aos riscos ambientais, a fauna, a flora e as populações tradicionais, esses riscos são oriundos da presença de grandes fazendas e a proximidade com a rodovia MT-206 (WWF, 2012). Contudo, apesar de todos os benefícios relacionados a rodovia, os aspectos sociais e ambientais as UCs vêm sofrendo pressões pelas explorações ilegais em Mato Grosso.

No período de 2019 a 2021, a RGR testemunhou um preocupante crescimento de 124% no índice de desmatamento, quando comparado aos três anos anteriores (ICV, 2022). Essa tendência alarmante foi particularmente concentrada no município de Colniza - MT (Biasetto, 2021), um município infelizmente conhecido por conflitos fundiários. Em 2022, segundo o Relatório Anual de Desmatamento (RAD) do MapBiomas (2022), a maior extensão desmatada na Amazônia brasileira foi no município de Colniza.

Devido a imensa pressão dos latifundiários e grileiros de terra, Mato Grosso aparece em 3º lugar no ranking dos estados brasileiros com maiores indicadores de desmatamento no mesmo ano, representando 11,6%. Além disso, a RGR aparece em 21º no ranking de Unidades de Conservação com maiores áreas de floresta desmatadas, com 1.366 ha (ICV, 2022).

Em estudo realizado por Costa *et al.* (2007), através da identificação e mapeamento dos padrões de desflorestamentos na região da RGR, observaram a atuação de diferentes agentes econômicos ligados aos setores agropecuário e madeireiro, que levaram ao aumento importante do desflorestamento na região. Acrescido a isto, existem os grileiros de terra responsáveis pela abertura de novas estradas e invasão nas Unidades de Conservação, ocorrendo dentro da área da Resex, refletindo esse processo de grilagem direcionado a extração ilegal de madeira.

As Resex dependem de políticas de desenvolvimento, com empoderamento de organizações locais, superação de problemas, parcerias, redistribuição de direitos e responsabilizações (Brown; Rosendo, 2000). Somados aos instrumentos normativos, também podendo ser fontes de conflito, devido a discrepâncias entre os interesses e direitos das diversas partes envolvidas, incluindo comunidades locais, governos, organizações não-governamentais e empresas, apesar disso tais instrumentos ainda tem como principal objetivo guiar as UCs no caminho da sustentabilidade (Chagas; Rebelo, 2015; Martins, 2012).

Até o momento as Resex carecem de uma política para o desenvolvimento local que seja não hegemônica baseada nas cosmologias, potencialidades e oportunidades de cada população e território. Por outro lado, forças ruralistas que buscam descaracterizar a forma sustentável de exploração, querem impor uma lógica de apropriação de recursos, com a extinção de vidas não humanas e modos de vida tradicionais e mais sustentáveis. O atual clima político ambiental na legislatura nacional restringe severamente muitos caminhos para melhorar a política ambiental na Amazônia brasileira (Fearnside, 2016). Além disso, o estado ignora a oportunidade de soluções baseadas no envolvimento das populações locais focadas em: continuidade das ações assertivas em nível local, ajuste à regularidade não optando por punição, gestão de conflitos (principalmente no ordenamento do territorial), maior agilidade da aplicação de justiça, na participação civil local, no protagonismo das populações tradicionais na demarcação e proteção de suas áreas e em programa de educação.

Observa-se que a RGR enfrenta pressões significativas, principalmente devido à proximidade com grandes fazendas e propriedades de terra, intensificada pelas invasões, pesca ilegal e a exploração ilegal de madeira, em uma região marcada por conflitos ambientais. Nesse sentido, os extrativistas como protetores da floresta, tendo dela sua principal fonte de renda, apoiam-se em posição de resistência diante desses impactos ambientais, assim são imprescindíveis medidas para proteger essa comunidade e promover o desenvolvimento sustentável, levando em consideração seus sistemas de produção familiares e as oportunidades econômicas, sociais e ambientais que podem ser proporcionadas. A sobrevivência desses extrativistas está extremamente ligada principalmente ao direito de permanecer em seus territórios, em consonância às condições de inclusão social, que lhe assegurem ter, minimamente, uma vida digna.

4 CONCLUSÃO

O estudo apresentou fatos relevantes sobre a dinâmica social dos extrativistas que vivem na Resex Guariba Roosevelt, no que diz respeito a faixa etária, a maioria possui 40 anos ou mais, consequência da saída da população jovem, os quais estão buscando outras oportunidades. Esta constatação demonstra a falta de incentivo para uma renovação geracional e interesse dos jovens pela atividade, principalmente em relação às mulheres, pois a maioria dos entrevistados que permanecem na RGR é do sexo masculino, refletindo a divisão tradicional de papéis de gênero na comunidade, com os homens mais envolvidos na coleta extrativista devido às demandas físicas da atividade. No entanto, é essencial reconhecer o papel fundamental das mulheres nas atividades domésticas e na agricultura familiar, que também contribuem para a subsistência das famílias.

Quanto à escolaridade, a maioria dos extrativistas possui níveis educacionais baixos, com a maioria tendo apenas o ensino fundamental incompleto. Isso destaca a necessidade de investimentos em educação e capacitação para melhorar as oportunidades de emprego e renda para essa comunidade. A média de 5,4 pessoas por família sugere a importância das atividades extrativistas como fonte de renda para sustentar as famílias e a necessidade de políticas públicas que apoiem o extrativismo como forma de desenvolvimento econômico sustentável das comunidades.

As pressões ambientais são alarmantes e alertam para a urgência na construção de ações públicas efetivas para proteger a Reserva Extrativista

Guariba Roosevelt e outras unidades de conservação em Mato Grosso. A presença de atividades ilegais de exploração de recursos naturais, desmatamento e grilagem de terras está colocando em risco não apenas a biodiversidade e os ecossistemas locais, mas também as comunidades tradicionais que dependem desses recursos para sua subsistência. A crescente fragilidade ambiental da Resex Guariba Roosevelt, evidenciada pelo aumento significativo do desmatamento nos últimos anos, é motivo de grande preocupação.

Nesse sentido, é preciso reconhecer que as unidades de conservação desempenham um papel crucial na preservação da biodiversidade e na promoção do bem-estar das comunidades que delas dependem. Portanto, a proteção e a gestão responsável dessas áreas devem ser prioridades incontestáveis para garantir um futuro sustentável para essas famílias, bem como para todo o estado de Mato Grosso.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. *In*: ACSELRAD, H. (org.) **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Böll, 2004. p. 13-35.

ALIX-GARCIA, J.; WOLFF, H. Payment for ecosystem services from forests. *Annu. Rev. Resour. Econ.*, [s. l.], vol. 6, no. 1, p. 361-380, 2014. Disponível em: https://www.annualreviews.org/doi/full/10.1146/annurev-resource-100913-012524#_i2. Acesso em: 10 jan. 2022.

ALLEGRETTI, M. H. Reservas extrativistas: uma proposta de desenvolvimento da floresta amazônica. **Pará Desenvolvimento**, Belém, v. 25, p. 2-29, 1989.

ALLEGRETTI, M. H. Extractive reserves: an alternative for reconciling development and environmental conservation in Amazonia. *In*: ANDERSON, A. B. (ed.). **Alternatives to Deforestation: steps toward sustainable use of Amazonian Rain Forest**. New York: Columbia University Press, 1990. p. 252-264.

ALLEGRETTI, M. H. Reservas extrativistas: parâmetros para uma política de desenvolvimento sustentável na Amazônia. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 54, n. 1, p. 5-23, 1992.

ALMEIDA, M. W. B.; ALLEGRETTI, M. H.; POSTIGO, A. O legado de Chico Mendes: êxitos e entraves das Reservas Extrativistas. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, v. 48, Edição Especial: 30 anos do legado de Chico Mendes, p. 25-55, nov. 2018.

BIASETTO, D. Invasores desmatam reserva com últimos remanescentes contínuos de floresta em Mato Grosso e ameaçam servidores. **O Globo**, Rio de Janeiro, 18 dez. 2021. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/um-so-planeta/invasoresdesmatam-reserva-com-ultimos-remanescentes-continuos-de-floresta-em-matogrosso-ameacam-servidores-1-25324504>. Acesso em: 17 fev. 2022.

BRASIL. Decreto nº 98.897, de 30 de janeiro de 1990. Dispõe sobre as Reservas Extrativistas e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [1990]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d98897.htm#:~:text=DECRETO%20No%2098.897%2C%20DE,vista%20o%20disposto%20no%20art.. Acesso em: 04 mar. 2022.

BROWN, C.; ROSENDO, S. The Institutional Architecture of Extractive Reserves in Rondônia, Brazil. **The Geographical Journal**, [s. l.], vol. 166, no. 1, p. 35-48, 2000.

CASTRO JÚNIOR, E.; COUTINHO, B. H.; FREITAS, L. E. Gestão da biodiversidade e áreas protegidas. In: GUERRA, A. J. T.; COELHO, M. C. N. (org.). **Unidades de Conservação: abordagens e características geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. p. 25-65.

CHAGAS, M. A.; RABELO, V. B. Uma Contribuição ao Conhecimento da História de Criação das Unidades de Conservação do Amapá – Amazônia Brasileira. **Sustentabilidade em Debate**, Brasília, DF, v. 6, n. 2, p. 211-227, 2015

COSTA, M. C.; ESCADA, M. I. S.; SHIMABUKURO, Y. E.; AZEVEDO, R. A. B.; SILVA, A. D. Q.; KORTING, T. S.; SILVA, F. C. Avaliação da dinâmica do uso da terra em uma região de fronteira agropecuária no estado de Mato Grosso. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO, 13., 2007, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: INPE, 2007. p. 6667-6674.

CUNHA, C. C. **Reservas Extrativistas: institucionalização e implementação no Estado brasileiro dos anos 1990**. 2010. Tese (Doutorado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

CUNHA, C. C.; LOUREIRO, C. F. B. Reservas extrativistas: limites e contradições de uma territorialidade seringueira. **Theomai**, [s. l.], v. 20, p. 169-185, 2009.

DIEGUES, A. C. **Desmatamento e modos de vida na Amazônia**. São Paulo: UNRISD: NUPAUB-USP, 1999.

ETIKAN, I.; ALKASSIM, R.; ABUBAKAR, S. Comparison of snowball sampling and sequential sampling technique. **Biometrics and Biostatistics International Journal**, [s. l.], vol. 3, no. 1, p. 6-7, 2016.

FACHIM, E.; GUARIM, V. L. Conservação da biodiversidade: espécies da flora de Mato Grosso. **Acta Botanica Brasilica**, [s. l.], vol. 9, p. 281-287, 1995.

FANTINI, A. C.; CRISÓSTOMO, C. F. Conflitos de interesses em torno da exploração madeireira na Reserva Extrativista Chico Mendes, Acre, Brasil. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, Belém, v. 4, p. 231-246, 2009.

FEARNSIDE, P. M. Desmatamento na Amazônia brasileira: história, índices e consequências. **Destruição e Conservação da Floresta Amazônica**, Manaus, v. 1, p. 7-19, 2005.

FEARNSIDE P. M. 2016. Environmental policy in brazilian Amazonia: lessons from recent history. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 19, p. 27-46, 2016.

FLORENCIO, T. S. *et al.* Avaliação das variáveis que podem levar a juventude ao êxodo rural em uma comunidade localizada em São Luíz Gonzaga do Maranhão–MA. **Contribuciones a las Ciencias Sociales**, [s. l.], v. 16, n. 9, p. 15162-15173, 2023.

FONSECA, F. L.; ROVER, O. J.; WADT, L. H. O.; CARTAXO, C. B. C. Sustainability indicators of the Brazil nut tree management. **Revista Brasileira de Ciências Ambientais**, São Paulo, v. 56, p. 1-13, 2021.

FREITAS, J. D. S. **Conflitos entre Sobrevivência familiar e conservação ambiental em Reservas Extrativistas da Amazônia**. 2018. Tese (Doutorado em Ciências – Desenvolvimento Socioambiental) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

FREITAS, M. A.; MAGALHAES, J. L.; CARMONA, C. P.; ARROYO-RODRÍGUEZ, V.; VIEIRA, I. C.; TABARELLI, M. Intensification of açai palm management largely impoverishes tree assemblages in the Amazon estuarine forest. **Biological Conservation**, [s. l.], vol. 261, e109251, 2021.

GONÇALVES, V. V. C. *et al.* Utilização de recursos aquáticos em áreas de várzea na Amazônia e Desenvolvimento Sustentável: Mudanças de paradigma com o advento da modernidade. **Research, Society and Development**, [s. l.], vol. 11, no. 12, e527111232348, 2022.

GONDIM, M. B.; BARBOSA, D. C.; RODRIGUES, T. M.; OLIVEIRA, M. A.; HAUSER, M. Caracterização da pesca ilegal em Rondônia com base nos autos de infração do Ibama. **Biota Amazônia (Biote Amazonie, Biota Amazonia, Amazonian Biota)**, Macapá, v. 13, n. 1, p. 49-55, 2023.

GUERRA, G. A. D. **O posseiro da fronteira: campesinato e sindicalismo no Sudeste Paraense**. 2. ed. Belém: Editora PakaTatu, 2013.

HAWES, J. E. *et al.* Uma avaliação em larga escala do modo de dispersão de plantas e características de sementes em florestas amazônicas modificadas pelo homem. **Journal of Ecology**, [s. l.], v. 108, n. 4, p. 1373-1385, 2020.

HOMMA, A. K. O. Extrativismo vegetal ou plantio: qual a opção para a Amazônia? **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 26, n. 74, p. 167-186, 2012.

HOMMA, A.O. **Colhendo da natureza: o extrativismo vegetal na Amazônia**. Brasília, DF: Embrapa Amazônia Oriental, 2018.

IBGE. Cidades. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 15 jan. 2024.

ICV. Características do desmatamento na Amazônia Mato-grossense em 2021. **Instituto Centro de Vida**, [s. l.], 2021. Disponível em: <https://www.icv.org.br/publicacao/caracteristicas-do-desmatamento-na-amazonia-mato-grossense-em-2021/>. Acesso em: setembro de 2023.

ICV Características do desmatamento na Amazônia Mato-grossense em 2022. **Instituto Centro de Vida**, [s. l.], 2022. Disponível em: <https://www.icv.org.br/publicacao/caracteristicas-do-desmatamento-na-amazonia-mato-grossense-em-2022/>. Acesso em: outubro de 2023.

ISA. Programa de monitoramento de áreas protegidas. **Instituto Socioambiental**, São Paulo, 2017. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/o-isa/programas/monitoramento-de-areas-protegidas>. Acesso em: 10 maio 2023.

ISA. Programa de monitoramento de áreas protegidas **Instituto Socioambiental**, São Paulo, 2023. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/o-isa/programas/monitoramento-de-areas-protegidas>. Acesso em: 05 jun. 2023.

LAMARCA JUNIOR, M. R. L.; SILVA, C. R. L. O mercado de carbono como instrumento de conservação da floresta Amazônica. **Revista de Economia Mackenzie**, São Paulo, v.7, n. 1, p. 63-83, 2009.

MAPBiomass. **Relatório Anual do Desmatamento (RAD) no Brasil 2022**. São Paulo: MAPBiomass, 2022. Disponível em: <https://alerta.mapbiomas.org/relatorio>. Acesso em: 19 out. 2023.

MARENCO, J. A. **Mudanças climáticas globais e seus efeitos sobre a biodiversidade**: caracterização do clima atual e definição das alterações climáticas para o território brasileiro ao longo do século XXI. Brasília, DF: MMA, 2006.

MARTINS, A. Conflitos ambientais em unidades de conservação: dilemas da gestão territorial no Brasil. **Revista Bibliográfica de Geografia y Ciencias Sociales**, Barcelona, v. 17, n. 989, p. 1-11, 2012.

MARTINS, J. S. **Expropriação e violência**: a questão política no campo. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1991.

MORIN, E. **A cabeça bem-feita**: repensar a reforma, reformar o pensamento. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

NASCIMENTO, E. S.; PEDRO FILHO, F. S.; PIACENTINI, A. L. S.; PIACENTINI, M. T.; RAMOS, E. G. Directives for Sustainability Management in the Amazon Forest Economy. **International Journal of Advanced Engineering Research and Science**, [s. l.], vol. 5, p. 188-196, 2018.

NAVARRO, Z. A agricultura familiar no Brasil: entre a política e as transformações da vida econômica. In: GASQUES, J. G.; VIEIRA FILHO, J. E.; NAVARRO, Z. (org.). **A agricultura brasileira: desempenho, desafios e perspectivas**. Brasília, DF: IPEA, 2010. p. 185-209.

PARTELOW, S.; GLASER, M.; SOLANO, A. R. C. E. S.; BARBOZA, R. S. L.; SCHLÜTER, A. Mangroves, fishers, and the struggle for adaptive comanagement: applying the social-ecological systems framework to a marine extractive reserve (RESEX) in Brazil. **Ecology and Society**, [s. l.], vol. 23, art. 19, 2018.

PEREIRA, A. R. Conflitos de terra e violência no sul do Pará (1975-1990). In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA ORAL, 10., 2010, Recife. **Anais [...]**. Recife: ENHO-UFPE, 2010. p. 1-16.

PESSOA, V. M.; ALMEIDA, M. M.; CARNEIRO, F. F. Como garantir o direito à saúde para as populações do campo, da floresta e das águas no Brasil? **Saúde em Debate**, São Paulo, v. 42, p. 302-314, 2018.

PICANÇO, C. A. S.; COSTA, R. C. Análise da cadeia produtiva da castanha-do-Brasil coletada na reserva biológica do Rio Trombetas, Oriximiná, Pará. **Brazilian Journal of Development**, [s. l.], v. 5, n. 10, p. 19460-19483, 2019.

PINTO, L. P. Status e os novos desafios das Unidades de Conservação na Amazônia e Mata Atlântica. In: LIMA, G. S.; ALMEIDA, M. P.; RIBEIRO, G. A. (org.). **Manejo e Conservação de Áreas Protegidas**. Viçosa: Laboratório de Incêndios Florestais e de Conservação da Natureza, 2014. p. 41-58.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Amazônia, amazônias**. São Paulo: Contexto, 2001.

RÊGO, J. F. Amazônia: do extrativismo ao neoextrativismo. **Ciência Hoje**, São Paulo, v. 25, n. 146, p. 62-65, 1999.

SÁ, C. P.; BAYMA, M. M. A.; WADT, L. H. O. **Coefficientes técnicos, custo e rentabilidade para a coleta de castanha-do-brasil no Estado do Acre: sistema de produção melhorado: 1-4**. Rio Branco: Embrapa, 2008 (Comunicado Técnico, 168).

SANDRONI, P. **Dicionário de Economia do Século XXI**. 5.ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.

SANTOS, J. V. T. Violências, América Latina: a disseminação de formas de violência e os estudos sobre conflitualidades. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 8, p. 16-32, 2002.

SANTOS, R.; MICOL, L.; IRGANG, G.; VASCONCELLOS, J. **O desmatamento nas Unidades de Conservação em Mato Grosso**. Cuiabá: Instituto Centro de Vida, 2006.

SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 100-122, 2003.

SILGUEIRO, V. *et al.* Mapeamento da ilegalidade na exploração madeireira em Mato Grosso entre agosto de 2012 e julho de 2013. **Instituto Centro de Vida**, Cuiabá, 2015. Disponível em: <https://www.icv.org.br/website/wp-content/uploads/2021/10/tf-15-mapeamento-ilegalidade-exploracao-madeireira-mt-2020-icv-1.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2024.

SILVA, A. J. **Extrativismo do coco babaçu (*Orbignya phalerata*, Mart.) no município de Miguel Alves-PI: caminhos para o desenvolvimento local sustentável**. 2011. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Programa Trópico Ecotonal do Nordeste, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2011.

SILVA, R.; SATO, M. Territórios e identidades: mapeamento dos grupos sociais do Estado de Mato Grosso-Brasil. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 13, p. 261-281, 2010.

SILVA, J. F. *et al.* Reativar Ambiental-Educação Ambiental por intermédio da horta escolar: um estudo de caso em uma escola municipal do Recife, PE. **Educação Ambiental em Ação**, [s. l.], v. 17, n. 64, 2018.

Disponível em: <https://www.revistaea.org/artigo.php?idartigo=3225>. Acesso em: 10 fev. 2024.

SILVA, L. D. J. S.; MENEGHETTI, G. A.; PINHEIRO, J. O. C.; SANTOS, E. M.; PARINTINS, D. M. O extrativismo como elemento de desenvolvimento e sustentabilidade na Amazônia: um estudo a partir das comunidades coletoras de castanha-do-brasil em Tefé, AM. **Revista Destaques Acadêmicos**, Lajeado, v. 11, n. 2, p. 168-187, 2019.

TEISSERENC M. J. S.; TEISSERENC, P. Environmentalization locked in: domination system and its effects in Caeté-Taperaçu, a marine extractive Resex in the Amazon. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 28, n. esp. 2, e023016, 2023.

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DO BRASIL. Reserva Extrativista Guariba-Roosevelt. **Unidades de Conservação do Brasil**, Brasília, DF, 2023.

Disponível em: <https://nossosparques.org.br/pt-br/arp/1141>. Acesso em: 15 maio 2023.

VILELA, R. B.; RIBEIRO, A.; BATISTA, N. A. Nuvem de palavras como ferramenta de análise de conteúdo. **Millenium**, [s. l.], v. 11, p. 29-36, 2020.

VITEL, C. S. M. N.; FEARNSTIDE, P. M.; GRAÇA, P. M. L. A. Análise da inibição do desmatamento pelas áreas protegidas na parte sudoeste do arco de desmatamento. *In*: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO, 15., 2009, São José dos Campos. **Anais [...]**. São José dos Campos: INPE, 2009. p. 6377-6384.

WHA. **Division of Mental Health**: qualitative research for health programmes. Geneva: World Health Association, 1994.

WWF. **Desenvolvimento Sustentável No Noroeste de Mato Grosso**. Brasília, DF: WWF Brazil, 2012. Disponível em: https://wwfbrnew.awsassets.panda.org/downloads/wwf_desenvolv_sust_noroeste_mato_grosso_1.pdf. Acesso em: 15 maio 2023.